

O desenvolvimento no contexto da globalização da economia: crise, alternativa, desafios, propostas

*Argemiro Luís Brum**

O modelo de desenvolvimento via industrialização pela substituição de importações, lançado por Getúlio Vargas ainda nos anos 30, onde o nacionalismo se constituiu em marca maior, entrou em uma segunda fase nos anos 50, representada pelo desenvolvimentismo do Governo Juscelino Kubitschek, onde a abertura ao capital internacional, pela falta de poupança interna, foi uma das características principais. Mesmo assim, esse modelo acabou “falindo” no final dos anos 70, trazendo consigo as suas consequências políticas (desmilitarização do Governo, democracia...) e econômicas (falta de modelo alternativo, moratória da dívida, falta de capital para alavancar o desenvolvimento, década perdida...).

Como alternativa, na trilha das propostas internacionais, nasce, em meados dos anos 80, o embrião de um novo modelo econômico para a América Latina em geral e para o Brasil em particular, onde o livre mercado e a redução da participação do Estado na economia, assumem contornos primordiais. Sendo o então GATT (hoje OMC) o fórum internacional de debate em torno da idéia, os blocos econômicos, tipo o Mercosul, tornam-se os eixos regionais para consolidar tal movimento.

Entramos, assim, na década de 90, assistindo a uma consolidação da idéia e à aplicação prática do novo modelo. O mesmo exige forte adaptação de todos, a começar pelos Estados federais: reformas estruturais são necessárias. A globalização acaba favorecendo o processo, e os blocos econômi-

* Professor da UNIJUÍ, Doutor pela EHESS de Paris-França e Coordenador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (CEEMA).

cos instalaram-se definitivamente. A competição acirra-se, enquanto os aspectos sociais são relativamente ignorados. Diante desse quadro, chegamos em meados dos anos 90 com algumas evidências importantes.

1 - As evidências

Em primeiro lugar, estamos em pleno processo de construção e instalação de um novo modelo econômico, onde a informação não circula convenientemente e as estruturas públicas e privadas, sobretudo junto aos países em desenvolvimento, não estão totalmente preparadas para o desafio.

Em segundo lugar, a globalização da economia, entendida aqui como “tudo o que acontece em qualquer parte do mundo se repercute em todos os lugares”, é um fato irreversível e favorece o aceleração da implantação do novo modelo.

Em terceiro lugar, a liberalização da economia, via livre mercado, é um fato irreversível. Nela, a competição, via maior produtividade, eficiência e profissionalização das pessoas e das empresas, torna-se o fator central. Nessa linha, a constituição e a consolidação dos blocos econômicos, como um passo intermediário no processo de abertura comercial, são igualmente um fato irreversível.

Em quarto lugar, a proposta de um modelo competitivo, dito neoliberal, valorizando as vantagens comparativas, onde a adaptação dos setores produtivos se dá através das leis de mercado e a participação do Estado é questionada e mesmo reduzida ao mínimo, ganha força e torna-se o eixo central da evolução econômica atual (sobretudo após a conclusão da Rodada Uruguai do GATT).

Enfim, na medida em que começa a transparecer cada vez mais que “aqueles que não se adaptarem ao processo são eliminados, doa a quem doer”, a exclusão, a seleção e mesmo a marginalização das pessoas tendem a crescer na proporção direta do desperpício que tivermos para enfrentar tal realidade.

Como associar as vantagens de um modelo menos paternalista, menos protecionista, portanto, menos custoso e mais eficiente, a um maior e melhor acesso dos cidadãos a essas vantagens, a uma melhor distribuição, mais eqüitativa, dos ganhos oriundos da mudança de modelo que estamos vivenciando?

2 - Alternativa

O Professor Ignacy Sachs, com quem tivemos a oportunidade de debater e de trabalhar em diversas ocasiões durante os oito anos e meio que estivemos na França, escrevia, ainda nos idos de 1977, que a crise do desenvolvimento é também uma crise da teoria do desenvolvimento. Isto porque apenas o crescimento econômico, mesmo rápido, não traz solução aos problemas sociais, não elimina a miséria e o desemprego. Para iniciar um processo de desenvolvimento de longo prazo, é necessário mais do que uma modernização parcelada do aparelho de produção e a miragem de uma urbanização desenfreada, que se solda seguidamente por uma deterioração da qualidade de vida para a maioria dos cidadãos (SACHS, 1977).

Em outras palavras, sem ignorar as vantagens da livre competição, onde a eficiência, a melhoria da qualidade do trabalho e dos produtos, mais economia e menores custos, gerando mais competitividade, são elementos centrais, alertamos que se faz urgente associar a isso as necessidades sociais da população. Afinal, crescimento não é sinônimo de desenvolvimento; renda *per capita* não é parâmetro para se medir desenvolvimento; aumento do PIB não significa melhoria de vida do cidadão nacional. Na verdade, desenvolvimento é a combinação de uma taxa elevada de investimentos; de uma distribuição ampliada dos resultados do crescimento; e de uma consciência cívica da responsabilidade coletiva do futuro comum. O desenvolvimento consiste então, e quase sempre, em quebrar os controles políticos ou culturais da atividade econômica, considerando que a economia, entendida como gestão racional dos meios de produção, está a serviço da integração social, da justiça coletiva ou do bem-estar individual (TOURAINÉ, 1995, p.69-75).

A extrema atualidade desta análise leva-nos a discorrer sobre a recuperação da sócioeconomia do desenvolvimento como proposta alternativa ao modelo neoliberal “duro” que tem sido apresentado ao Mundo. Teríamos, assim, duas possibilidades, hoje, de desenvolvimento econômico. A primeira, a mais conhecida, é a proposta neoliberal do livre mercado, onde a competição, pelas vantagens comparativas e competitivas, ganha contornos irreversíveis. Um processo onde a profissionalização das empresas, pelo mercado, é o eixo central de sobrevivência econômica. Quem se adapta fica, quem não se adapta é excluído. É a linha que está mais em evidência, na prática, neste momento, no Mundo. A segunda, sem ignorar a importância do mercado, da profissio-

nalização e da eficiência das empresas e dos indivíduos, recupera a idéia de que o desenvolvimento mais amplo só acontece se as condições para tanto forem dadas em todos os níveis: econômico, social, político... Trata-se da sócioeconomia do desenvolvimento, proposta cara ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que, de uma certa maneira e com diferentes graus de profundidade, tem sido utilizada como bandeira pela social-democracia mundial. O referido órgão da ONU¹ tem defendido algumas posições na direção de sua proposta, que acabam se tornando uma referência internacional, em defesa da sócioeconomia do desenvolvimento como alternativa ao modelo liberalista do livre mercado, via competição absoluta e seletiva.

Em primeiro lugar, a harmonização do crescimento através de maior poder às comunidades regionais para enfrentarem os seus problemas. Isto não significa eliminar a capacidade de planejar e executar do Estado. Significa, isto sim, dar uma nova orientação ao Estado: a de organizador do processo de crescimento.

Em segundo lugar, tal idéia implica uma profunda reforma na concepção de sociedade, onde a mesma deve aprender a avançar pela cooperação e não pela eliminação; a avançar pela qualidade e não pelo jeitinho (o país do jeitinho e do levar vantagem em tudo terminou); a avançar pela construção positiva, através da soma de ações coerentes e comprometidas com o todo e não pelo individualismo e o imediatismo das respostas (as “picuinhas” políticas devem ser superadas); a avançar não por receitas milagrosas e promessas, mas, sim, pelo fundamento profissional das propostas, tendo como horizonte não o amanhã, o imediatismo, mas o futuro daqui há uma ou duas gerações; enfim, a avançar economizando com eficiência, qualidade do bom gerente, e não desperdiçando recursos e energias.

No caso do Brasil, temos agropecuária, temos indústria, temos um Setor Terciário, temos capital humano qualificado (embora precisemos interiorizá-lo mais e valorizar mais o que temos), porém não temos um mercado interno (grande falha dos modelos passados e que tentamos corrigir neste momento). Precisamos criar esse mercado interno, dar condições para que ele apareça

¹ Ver PNUD (ONU), em seus diferentes relatórios anuais desde 1991, especialmente o de 1994.

de fato (já que as pessoas existem). Para tanto, faz-se necessário mais poupança, melhor distribuição de renda (direta e indireta), melhoria das condições de vida (educação, saúde, transporte, comunicação, moradia, etc.).

Enfim, precisamos reaprender a crescer, porém não só em torno do investimento na capacidade de produção nova, mas, sim, e sobretudo, em torno de uma melhor utilização da capacidade ociosa existente, de uma melhor administração de nossos recursos naturais (terra, água, etc.), da eliminação do desperdício, de uma melhor organização social.²

Nesse contexto, o PNUD defende que o Mundo não viverá jamais em paz enquanto as pessoas não conhecerem a segurança em sua vida cotidiana. Ora, é do desenvolvimento e não das armas que pode nascer a segurança humana. Afinal, o Mundo assiste a uma mundialização prodigiosa da prosperidade, acompanhada de uma mundialização assustadora da pobreza. É preciso reverter urgentemente esse quadro. Se é verdade que nos últimos 50 anos a sociedade conheceu avanços importantes, tais como: a maioria dos países conquistou sua liberdade; o Mundo está hoje mais protegido de um holocausto nuclear; o desenvolvimento humano progrediu durante esse período a um ritmo sem precedentes; em 1960, perto de 70% dos homens viviam numa situação de penúria quase absoluta, enquanto, em 1992, esse percentual baixou para 32%; paralelamente, a proporção da população mundial, situada em um nível relativamente satisfatório de desenvolvimento humano, passou de 25% para 60% no mesmo período; o PIB mundial foi multiplicado por sete, passando de US\$ 3,0 trilhões, para US\$ 22,0 trilhões, enquanto a população mundial cresceu de 2,5 bilhões de pessoas para 5,5 bilhões nos últimos 50 anos (a renda média por habitante mais do que triplicou no período); a tecnologia evoluiu de forma espetacular, na medida em que o gênio humano produziu numerosas invenções tecnológicas; as despesas militares começaram a se reduzir bastante nos últimos seis anos (a partir de 1989); entre a metade e três quartos da população mundial vive com regimes relativamente pluralistas e democráticos, também é uma verdade que tais progressos são seletivos, excludentes e favorecem a minoria em termos mundiais. A tal ponto que: um quinto da população mundial ainda passa fome todos os dias; um quarto da população

² Ver entrevista de Ignacy Sachs (1983) na revista **Senhor**.

mundial é privado dos meios de sobrevivência essenciais, a começar pela água potável; um terço vegeta na miséria extrema; o Mundo é marcado por grandes contrastes, onde 15% da população mundial detém hoje 75% da renda mundial; onde há regiões com fome absoluta frente a regiões com abundância e desperdício de alimentos; a situação humana degrada-se em todo lugar, mesmo junto aos países ricos, pela falta de segurança econômica, motor da insegurança humana no seu sentido mais amplo; o meio ambiente, a ecologia, o ecossistema fragilizam-se a cada dia que passa pela ação humana, em favor de uma minoria; diversos Estados-Nações começam a se desintegrar.

2.1 - Novos conceitos

Diante disso, precisamos de um novo conceito de segurança humana, de desenvolvimento econômico. Precisamos de um novo paradigma de desenvolvimento humano durável, capaz de se adaptar às novas fronteiras da segurança humana. Precisamos de um novo quadro de cooperação para o desenvolvimento, apto a unificar a humanidade através de uma divisão equitativa das perspectivas e reponsabilidades econômicas mundiais. Os organismos internacionais precisam se reciclar, nesse sentido, neste final de século. Para tanto, uma nova concepção da segurança humana estaria no fato de que

“(...) hoje, para a maioria das pessoas, o sentimento de insegurança está mais em torno das inquietudes relativas à vida cotidiana do que em razão de um cataclisma mundial (para muitos, a insegurança começa no ‘ter o que comer, vestir, onde morar’). Segurança de emprego, de renda, de saúde, ecológica, frente à criminalidade são as formas que assume hoje a problemática da segurança humana no Mundo, ou em boa parte dele” (Rapp. Mond. sur Develop. Humain, 1994, p.3).

De fato, com a globalização e a mundialização, a insegurança das pessoas, em um determinado lugar, acaba sendo transmitida para o resto da humanidade. Algumas dessas inseguranças, inclusive, são idênticas em toda a parte: desemprego, renda, poluição, tráfico de drogas, etc.

O novo conceito de desenvolvimento, conforme o exposto anteriormente, deve ser centrado nas pessoas; deve considerar o crescimento econômico

como um meio e não como um fim; deve preservar as perspectivas oferecidas às gerações atuais como às gerações futuras; deve respeitar os ecossistemas dos quais dependem todos os seres vivos. O desenvolvimento humano durável procura a equidade junto a uma mesma geração e entre as gerações sucessivas. Em última análise, o desenvolvimento humano durável está centrado sobre as pessoas, o emprego e a natureza. Ele dá prioridade absoluta à redução da pobreza, aos empregos produtivos, à integração social e à regeneração do meio ambiente. Ele mantém o equilíbrio entre as cifras da população, as capacidades de resistência do tecido social e a capacidade de “carga” da natureza. Ele acelera o crescimento econômico e cuida para que isso desemboque numa melhoria das condições de vida da humanidade, sem destruir o capital natural necessário para preservar as chances das gerações futuras. Ele não ignora que o progresso supõe melhoria significativa na condição da mulher (ver a recente Conferência de Pequim), abrindo-lhe todos os componentes da economia. O desenvolvimento econômico durável visa responsabilizar as pessoas. Ele deve lhes permitir jogar um papel de construtores e de tomar parte ativa nos processos e acontecimentos que regem suas vidas.

Para tanto, é preciso igualmente uma nova concepção de cooperação para o desenvolvimento. Isso exige novas relações, mais construtivas entre todos os países do Mundo. Nesse sentido, as relações econômicas devem ser fundadas não sobre a caridade, mas sobre o interesse comum; não sobre o confronto, mas sobre a cooperação; não sobre o protecionismo, mas sobre a divisão equitativa das possibilidades ofertadas pelo mercado; não sobre o nacionalismo limitado, mas sobre o internacionalismo esclarecido. Assim, o quadro atual da cooperação para o desenvolvimento deve ser objeto de diversas modificações fundamentais: a ajuda estrangeira deve ser ligada a objetivos definidos em comum, sobretudo no que diz respeito às estratégias de redução da pobreza, ao aumento das possibilidades de emprego produtivo e às finalidades do desenvolvimento humano durável; canalizar aos países pobres uma certa proporção da ajuda estrangeira atual, sob a forma de um sistema mundial de proteção social; parar de reduzir o conceito de cooperação para o desenvolvimento como sendo uma simples ajuda humanitária, alimentar; debater novas iniciativas no setor da cooperação para o desenvolvimento (remuneração por serviços feitos; compensação por estragos ocorridos; indenização pela aplicação de barreiras comerciais; limitação da imigração de mão-de-obra não qualificada); procurar novas fontes internacionais de finan-

ciamento que não dependam da vontade política — flutuante — dos países ricos. Em suma, um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento deve corresponder a um novo quadro de administração dos negócios mundiais.

Portanto, para que os países coloquem seus cidadãos em um nível de desenvolvimento satisfatório, um pacto para o desenvolvimento humano deve ser feito, levando em conta, com urgência, as seguintes necessidades: educação elementar satisfatória; redução pela metade das taxas de analfabetismo dos adultos; cuidados médicos elementares para todos; eliminação das formas graves de má nutrição; serviços de planificação familiar para todos os casais que o desejarem; acesso de todos a água potável e aos serviços de higiene e limpeza; acesso de todos ao crédito. Estima-se que seria necessário acrescentar entre US\$ 30 bilhões a US\$ 40 bilhões por ano à atual ajuda mundial para atingir esses objetivos nos próximos 10 anos. Soma alta, porém possível de ser encontrada, caso se reestruturarem as prioridades orçamentárias dos países. A divisão das responsabilidades seria a mola mestra do processo, onde a redução das despesas com armas, a privatização de empresas públicas deficitárias e o abandono de projetos de desenvolvimento não prioritários seriam o centro gerador dos recursos adicionais. Por exemplo: um recuo de 3,6% nas despesas militares entre 1987 e 1994 permitiu acumular uma reserva de US\$ 935 bilhões no período (US\$ 810 bilhões junto aos países ricos e US\$ 125 bilhões entre os pobres). Uma nova redução de 3%, nessas despesas, entre 1995 e 2000, poderia gerar mais US\$ 460 bilhões (US\$ 385 bilhões entre os ricos e US\$ 75 bilhões entre os pobres). Isso poderia constituir um fundo mundial para a segurança humana (assunto debatido por ocasião do Congresso Social Internacional de Copenhague, ocorrido no primeiro semestre de 1995). Assim, os recursos para um melhor desenvolvimento mundial, dentro de um conceito sócio-econômico, além da desmilitarização internacional, podem ser obtidos, dentre outros, através de um melhor controle do clima e das doenças humanas, via aumento da pesquisa e da criação de uma taxa mínima sobre cada operação cambial mundial (nesse sentido, segundo proposta do Prêmio Nobel de Economia de 1981, James Tobin, uma taxa de 0,5% sobre cada operação pode resultar em US\$ 150 bilhões por ano).

Enfim, não podemos perder de vista que todo o desenvolvimento humano digno deste nome é fundamentado no reconhecimento universal do direito à vida de cada indivíduo. Desse modo, o Mundo sofre de uma falta de justiça e não de caridade. Afinal, o acúmulo de riqueza não é a condição *sine qua non*

da liberdade de escolha. Por exemplo: uma sociedade não precisa ser rica para ser democrática. A riqueza de uma cultura pode se revelar independente da riqueza material da população. Assim, na ausência de repartição da renda e de medidas públicas adequadas, o crescimento econômico pode não se traduzir por uma melhoria da qualidade de vida. Ou seja, não é somente o nível de renda que conta, mas também o uso que dele se faz. Dessa maneira, os modos de desenvolvimento que perpetuem as desigualdades atuais não podem ser conservados. A preocupação torna-se, portanto, legítima, se não encontrarmos formas de organização que domestiquem a aplicação do livre mercado. Uma dessas formas seria que os indivíduos e as instituições façam frente comum para ampliar o campo das possibilidades de vida das gerações presentes e futuras. Isso não significa desonrar compromissos assumidos, pois todo o pagamento de dívida transferido, seja econômica, social ou ecológica, compromete a durabilidade do desenvolvimento. Isso significa uma nova maneira de nos responsabilizarmos com o nosso destino.

3 - Desafios

Tal proposta traz consigo desafios enormes. A começar pela mudança de mentalidade. Afinal, é mais simples lidar com problemas macro, no abstrato, do que lidar com o interior do País, com a nossa realidade do dia-a-dia, com o mundo concreto do interior. De fato, o importante é saber traduzir opções gerais, ideologias, em propostas concretas, que saibam atacar o cotidiano (SACHS, 1983). Este é o nosso ponto de estrangulamento.

Isto porque precisamos criar um processo de desenvolvimento a partir do mercado interno, sem eliminarmos a integração regional e o relacionamento internacional. Em outras palavras, precisamos aplicar de fato o planejamento, ou seja, economizar ao máximo o recurso escasso e substituí-lo, dentro do bom senso, por recursos abundantes (a teoria liberal de H-O, base do atual modelo, prega isso desde o início do século). Acontece que, em muitas situações, em termos econômicos, ainda estamos no século passado. Pior: na época mercantilista. Precisamos de planejamento a nível dos recursos reais e humanos e não a nível da manipulação de verbas orçamentárias.

Precisamos, igualmente, resolver o problema do modelo agrícola. A agricultura deveria ser, pela extensão que possuímos, uma fonte geradora de empregos e não eliminadora de mão-de-obra. Além de uma reforma agrária eficiente e coerente, precisamos de tecnologia voltada para esse desafio de “conservar o homem no campo”. Isso se torna ainda mais urgente quando estamos enfrentando agora o êxodo industrial (caso dos calçados, das máquinas e dos implementos agrícolas no Rio Grande do Sul). Paralelamente, precisamos de uma estratégia de desenvolvimento urbano, de maneira que as cidades possam ter condições de absorver a população que nela habita (entendido aqui como oferecer a infra-estrutura necessária para se viver bem).

Precisamos rever os conceitos de competitividade: o que conta não é a rentabilidade observada, mas, sim, a rentabilidade esperada. Ou seja, é a competitividade estrutural, onde quem está apto hoje pode não estar se dando os elementos necessários para ficar apto amanhã (dentro da velha filosofia que gastar em certos segmentos — recursos humanos, por exemplo — não é investimento e sim custo); e quem não está apto hoje pode alcançar as condições de competição amanhã. Entramos no conceito da competitividade estática e dinâmica.

Precisamos aprender a adaptar a competitividade às necessidades da sociedade que a adota, revertendo a característica excludente que ela hoje possui e reforça. Nesse sentido, o Estado deve estar presente, como orientador e organizador do processo, na escolha de alternativas políticas que assegurem o interesse público em primeiro lugar.

A base desse contexto é a formação das pessoas, a educação. A começar pelo ensino fundamental. Competitividade, mais produtividade e eficiência não se alcançam com povo despreparado. Os Tigres Asiáticos estão nos ensinando isso atualmente (somos, ainda hoje, o sétimo pior país do Mundo em número de analfabetos — ser alfabetizado não é apenas saber escrever e ler, mas, sim, saber interpretar o que se escreve e se lê; um país onde 23% da população adulta não sabe o significado do 7 de Setembro, por exemplo).

Enfim, um derradeiro desafio. O Estado deve assumir ainda um outro papel fundamental: o de gerar confiança para a sua população, seus empreendedores, investidores. No mundo concreto dos mercados, a confiança é fator decisivo para garantir fluxo de capitais e estimular compromissos de longo prazo. Nesse sentido, as reformas na economia brasileira são fundamentais: tributária, fiscal; previdenciária; agrária; educacional...

3.1 - Pobreza, emprego e segurança

Ora, a pobreza constitui-se na ameaça mais grave para a estabilidade política, a coesão social e a salubridade do meio ambiente em escala planetária. Em outras palavras, um forte empecilho para que consigamos vencer os desafios indicados. As estratégias destinadas a reduzi-la deverão, necessariamente, englobar todos os aspectos da política nacional. Seguem alguns pontos, dentro da ótica da sócioeconomia do desenvolvimento, que devem ser aplicados com base na experiência de alguns países: **serviços sociais de base** (o Estado deve garantir um acesso tão amplo quanto possível das pessoas desfavorecidas aos serviços sociais de base, particularmente ao ensino elementar e aos cuidados médicos de primeira necessidade); **reforma agrária** (a pobreza, em bom número de países, concentra-se na zona rural, fato que exige uma divisão mais eqüitativa das terras e das riquezas agrícolas); **crédito para todos** (um dos meios mais eficientes de abrir o mercado aos pobres é o de lhes garantir acesso mais eqüitativo ao crédito, para tanto, necessário se faz modificar os critérios que condicionam os empréstimos e descentralizar os organismos de crédito); **emprego** (é preciso aumentar rapidamente as possibilidades de empregos produtivos e estabelecer um quadro geral garantindo a cada um os meios para uma existência durável); **participação** (os pobres devem ser admitidos a participarem na concepção do desenvolvimento econômico. Qualquer estratégia de redução da pobreza deve ser descentralizada e participativa); **sistema de proteção social** (que envolva todos os excluídos do mercado); **crescimento econômico** (os esforços de desenvolvimento devem igualmente aumentar a produtividade dos pobres, a fim de que eles se beneficiem da mesma); **durabilidade** (necessário se faz modificar o conteúdo do crescimento, deixando-o menos consumidor de riquezas e de energia, repartindo-os mais eqüitativamente).

Por sua vez, o emprego assume um caráter decisivo. Para ser eficaz, uma estratégia nacional de emprego deve, sobretudo, concentrar-se nos seguintes pontos: **educação e competência** (para participar da competição econômica mundial, todo país deve investir maciçamente na formação, educação e desenvolvimento de competências de seus habitantes); **meio ambiente propício** (as novas oportunidades de emprego são geralmente ofertadas pelo setor privado, porém o Estado deve criar um ambiente propício para que ocorra uma política macroeconômica justa e estável, através de um quadro jurídico

estável, infra-estruturas adequadas e um sistema de incitações apropriado em favor do investimento privado); **acesso aos bens de produção** (vital se faz repartir mais eqüitativamente os bens materiais, como a terra, e melhorar o acesso aos meios de produção, como o crédito ou a informação, para garantir a todos os meios de subsistência); **tecnologias que façam largamente o uso da mão-de-obra** (os países em desenvolvimento devem utilizar melhor seus fatores de produção e explorar a vantagem comparativa que lhes dá a abundância de mão-de-obra; as políticas fiscais e as políticas de preço devem, então, onde for necessário, encorajar os setores de atividade que empreguem uma mão-de-obra numerosa); **programas de trabalho financiados pelo Estado** (quando, em certas regiões e em certas épocas, o mercado privado mostrar-se duravelmente incapaz de oferecer um número de empregos suficiente, o Estado pode colocar em prática programas de trabalhos, a fim de criar tais empregos e de permitir a sobrevivência das pessoas); **grupos desfavorecidos** (onde o mercado tende a operar uma discriminação em favor de grupos particulares — conforme critérios sexuais ou étnicos, por exemplo —, o Estado deve estudar intervenções direcionadas ou programas de ação enérgicos); **divisão do trabalho** (na medida em que o fenômeno de “crescimento sem criação de empregos” assume uma dimensão ampla, torna-se necessário reexaminar o conceito de trabalho e encarar a citação de dispositivos mais inovadores e mais flexíveis, em especial a divisão do trabalho).

Nesse sentido, nos anos futuros, uma das principais preocupações da grande maioria dos países será evitar um deslocamento brutal da sociedade e, mais particularmente, os conflitos entre grupos étnicos (situação já presente na ex-URSS e na ex-Iugoslávia). Para chegar lá, esses países devem tomar medidas decisivas, a fim de oferecer, a cada um, igualdade de chances. Tais medidas poderiam concentrar-se sobre os seguintes aspectos: **igualdade perante a lei** (a lei deve dar a cada um os mesmos direitos fundamentais); **direito das minorias** (para manter a diversidade, o Estado deve garantir que a lei dê, às minorias, direitos específicos, preservando sua cultura e cuidando para que se respeitem esses direitos na prática); **medidas antidiscriminatórias** (o Estado deve tomar as medidas necessárias, com leis draconianas em caso de não-cumprimento, para que as leis que combatem a discriminação sejam cumpridas); **educação** (este é um dos melhores meios para se encorajar a integração social e para garantir o acesso, de todas as partes da sociedade, a um ensino elementar, respeitando a diversidade das culturas e das tradições); **emprego** (o Estado pode ser chamado a adotar a “discriminação

positiva” em favor de grupos menos favorecidos e mais marginalizados, sobretudo em favor das mulheres); **administração** (uma aproximação entre o poder público e a população pode, em muito, melhorar a integração social. Para tanto, deve-se reforçar a delegação de poderes; a descentralização e a transparência; o encorajamento das organizações comunitárias de base e a promoção de uma participação direta).

Enfim, devemos tomar consciência de que a questão da segurança evoluiu para novas dimensões. Hoje, passamos da segurança nuclear para a segurança humana. Afinal, o Mundo somente pode evitar as guerras se os homens e as mulheres estiverem em segurança em suas casas e nos seus locais de trabalho. Nesse sentido, somente um quarto da população mundial está, atualmente, em situação de segurança econômica. Isto dito, precisamos, urgentemente, realizar duas modificações de peso em nossa concepção de segurança: (a) renunciar a colocar exclusivamente a segurança territorial como ponto central e passar a insistir mais na segurança das pessoas; (b) passar de uma segurança garantida pelas armas para uma segurança garantida pelo desenvolvimento humano durável. Nessa linha, salientamos que as condições básicas para que a humanidade chegue a um nível de segurança confiável, dentro de um processo de desenvolvimento humano durável, são em número de sete: econômica, alimentícia, sanitária, do meio ambiente, pessoal, da comunidade e política.

A segurança econômica supõe a garantia de uma renda mínima, que provenha normalmente de um trabalho produtivo e remunerado ou que possa ser paga, em último caso, por um sistema de proteção financiado pelos poderes públicos. Ela passa pela conservação do emprego e pela garantia do domicílio.

A segurança alimentícia está no fato de todas as pessoas disporem em todo momento — materialmente e economicamente —, de uma alimentação de base. Isso não se limita à existência de reservas alimentícias suficientes. A questão é poder ter acesso aos alimentos. Ou seja, a fome não ocorre devido à ausência de comida, mas à falta de meios para a ela chegar (circuitos de distribuição medíocres, falta de poder aquisitivo, etc.).

Em termos de segurança sanitária, o desafio é termos acesso à saúde eficiente, competente e financeiramente acessível no momento em que se precisa. Situação, segundo a ONU, longe de ser evidente na grande maioria dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, um dos problemas mais graves entre o Norte e o Sul, com base em todos os indicadores existentes, está na

mortalidade materna: 18 vezes mais elevada no Sul. A maior parte da sociedade não tem condições de oferecer uma assistência adequada quando do nascimento dos bebês, por exemplo.

Quanto à segurança do meio ambiente, o homem deve se dar conta de que a Terra não tem condições de se recuperar, sozinha, dos estragos, cada vez maiores, que nela estamos provocando. A industrialização intensa e o rápido crescimento da população aumentam cada vez mais as tensões nesse campo. O grande problema da humanidade, já presente nos países pobres e mesmo em alguns ricos, é a questão da água potável e da terra. O volume de água disponível, por habitante no Mundo, não atinge, hoje, mais do que um terço do nível de 1970.

No que se refere à segurança pessoal, a questão central está na violência física, em especial contra mulheres e crianças. A vida humana está cada vez mais indefesa frente à violência física (torturas, tóxicos, guerras, disputas étnicas, criminalidade, estupro, violência conjugal, violência contra as crianças...). As mulheres são as mais atingidas, pois a distinção sexual é uma das principais formas de discriminação, ainda hoje, no Mundo. A recente Conferência de Pequim demonstrou muito bem essa realidade, na medida em que, dentre outras coisas, representa uma tentativa da mulher de se reposicionar como ser humano frente às novas condições do Mundo e de suas relações humanas.

Já a segurança da comunidade exige, antes de tudo, que o indivíduo participe de um grupo. A começar pela família, tão desestabilizada no conceito da juventude atual, passando pela comunidade onde se mora, pelas organizações de que participamos e terminando nos grupos raciais ou étnicos a que pertencemos. O avanço da modernização e a concentração de renda tendem a destruir esses grupos. As tensões étnicas agravam-se, alimentadas pelas fracas possibilidades de acesso aos serviços sociais e ao emprego.

Por fim, a segurança política exige que a sociedade onde se vive respeite os direitos fundamentais, a começar pela liberdade de expressão, a democracia, a participação... Segundo a ONU, um dos indicadores mais pertinentes da insegurança política em um país está na prioridade que os Estados dão à potência militar.

Esses sete indicadores de segurança humana, aqui rapidamente analisados, são interdependentes. Qualquer ameaça sobre um deles tende a repercutir sobre os demais. Principalmente porque, em termos mundiais, a segurança humana, nos próximos anos, está ameaçada pelo crescimento demográfico

descontrolado, pelas disparidades nas perspectivas econômicas, pelas pressões migratórias maciças, pela degradação do meio ambiente, pela produção e tráfico de drogas, e pelo terrorismo internacional.

4 - Propostas

Para conter o avanço desses problemas maiores, os Estados devem centrar seus trabalhos em eixos de cooperação melhor estruturados e direcionados. Para tanto, algumas propostas merecem ser elencadas aqui. Em primeiro lugar, é de fundamental urgência a reforma do nosso sistema de ensino, colocando-o na perspectiva dos desafios e problemas regionais igualmente, dando flexibilidade a um maior número de pessoas para que tenham acesso ao conhecimento.

Em termos regionais, estamos hoje no centro do processo de integração econômica. Saímos, portanto, da marginalização geopolítica e econômica, da função de Estado-tampão que nos caracterizava na História do Brasil. Temos que capitalizar essa nova realidade em benefícios para a região. O estabelecimento de acordos e parcerias regionais, nacionais e internacionais é necessário.

Nossa produção encontra-se principalmente no setor mais sensível do processo, o primário; mas a produção de alimentos continuará sendo insuficiente para abastecer o País, sobretudo se a estabilização econômica avançar. O conjunto do Mercosul não tem condições de suprir esse hiato que teremos entre produção e demanda. Além disso, se construirmos bem o acordo de livre comércio com a União Européia (incluindo os produtos agropecuários), teremos um espaço maior de exportação para aquela região. Entretanto somos obrigados a melhorar nossa competitividade: aumentando a produtividade; agregando tecnologia conseqüente; reduzindo custos fixos; auxiliando na construção de uma política agrícola que privilegie, dentre outras coisas, a diferenciação das propriedades, a reconversão dos produtores e as necessidades do mercado regional.

Precisamos estruturar e conservar centros de análise e de informações para melhor decidirmos o futuro. Quem tem informação manda, quem não tem obedece e paga caro por isso. Precisamos de instituições multirregionais de desenvolvimento nesse setor (as Universidades devem ser um dos elementos para tal). De fato, as empresas precisam se apoiar mais no conhecimento, nas pesquisas. Uma forte integração empresa-universidade precisa ser melhor desenvolvida.

Para atrair capitais, a fim de financiar os investimentos de que a região precisa, necessitamos de projetos de ponta. Estes só vêm com recursos humanos de qualidade. Precisamos, antes de tudo, de capital humano bem formado.

A partir daí, podemos falar de investimentos maciços no setor social, sem esquecer de uma política social produtiva, ou seja, o desenvolvimento das micro e pequenas empresas municipais e regionais, capazes de absorver a mão-de-obra menos qualificada e de reinseri-la no sistema de produção formal (temos que pensar na tendência de que, diante do processo de integração do Mercosul, as economias informais tendem a desaparecer, e elas, hoje, representam 30% dos empregos na América Latina).

Precisamos encontrar mecanismos para agregar valor à produção regional via industrialização. Isso não significa grandes empreendimentos. Na maioria dos casos, o pequeno, o enxuto, ganha rapidamente espaços no novo contexto. Não é por acaso que as grandes empresas trabalham hoje com o conceito de unidades de negócios e se desfazem de setores inteiros antes considerados prioritários.

Para tanto, precisamos estimular também um sistema de poupança estável. De que maneira? A organização de sistemas de aposentadoria e de pensão locais, onde o dinheiro passa a ser reinvestido em projetos regionais, pode ser um dos caminhos.

Por sua vez, se é verdade que a globalização nos impõe um código de conduta que não autoriza nenhum desvio, onde o futuro será caracterizado pela liberalização comercial e pela prudência monetária e orçamentária, também é verdade que o importante é chegarmos a uma situação de equilíbrio nesse contexto, onde a maioria se beneficie do crescimento que tal processo provocará. Para as empresas de qualquer setor, isso exige adaptação a essas mudanças. Para isso, precisamos de ações horizontais (formação de recursos humanos, acesso ao crédito e acesso à informação) e de ações específicas que ajudem as empresas com fraca produtividade (subsídios direcionados, diretos e indiretos, dentro do possível e da viável para as diferentes esferas públicas).

Temos que ter claro que o processo que aí está vem desmistificar uma idéia nacional muito difundida: a de que um empresário que sobrevive no Brasil, obtém sucesso em qualquer lugar do Mundo. Isso não é verdade. O sucesso, para muitos, só existia porque o sistema privilegiava o financeiro e não o trabalho (a produção); em muitos casos, o golpe e não a honestidade; e, quando a situação apertava, o Estado paternalista vinha em socorro de quem quebrava, geralmente os ineficientes. O difícil mesmo é ser bom num sistema

concorrencial, disputado, onde o direito de errar não existe, sob pena de quebrar definitivamente. É esse choque de capitalismo que começamos a levar, e a ele precisamos nos adaptar (é claro que o Estado deve chegar a uma coerência entre a teoria e a prática, mirando-se nos exemplos mundiais e nas realidades regionais).

Enfim, é necessário construir uma sociedade industrial. Ora, tal construção não é assegurada apenas pelo sucesso da economia de mercado como pregam os neoliberais. Se é verdade que o choque liberal pode nos conduzir à criação de uma sociedade cada vez mais integrada e democrática, também é verdade que precisamos ter uma visão política global dos problemas, centrada sobre três teses: a transformação da classe rica em grupo de empreendedores, empresários; a mobilização pelo Estado de recursos crescentes a serviços da integração dos desfavorecidos; a capacidade de iniciativa coletiva dos principais atores sociais e, em particular, das categorias ameaçadas de exclusão. Assim, da fase do ajuste econômico por que estamos passando, devemos nos encaminhar à ação política. Em seguida, virá a fase da maturidade do desenvolvimento, na qual o mesmo se torna endógeno e não dependente do Exterior, incorporando, pouco a pouco, as condições ecológicas, culturais e sociais de sua permanência, tornando-se um desenvolvimento sustentável, durável (TOURAINÉ, 1995, p.74).

Nesse sentido, precisamos ter o cuidado de não cairmos na armadilha de acreditar que o mercado regula tudo por ele mesmo. Sem dúvida, o mercado é uma condição necessária, mas não suficiente, do desenvolvimento. Para tanto, devemos agregar ao mercado a reconstrução do Estado e do sistema político, combinando crescimento, justiça social e cidadania.

Bibliografia

- BASSO, D. (1995). **Notas sobre a economia do desenvolvimento**. Ijuí: UNIJUI. 40p. (Cadernos Unijui).
- BENEVIDES, M. V. M. (1976). **O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 294p.
- BRUM, A. J. (1990). **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 9.ed. Petropolis: Vozes. 317p.

- CAMPOS, R. (1994). **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks. 1417p.
- MANTEGA, G. (1984). **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes. 288p.
- RAPPORT MONDIAL SUR LE DEVELOPPMENT HUMAIN (1994). Paris: PNUD/ECONOMICA.
- SACHS, Ignacy (1977). **Pour une économie politique du développement**. Paris: Flammarion. 307p.
- SACHS, Ignacy (1983). É preciso reaprender a crescer. **Senhor**, São Paulo: Editora Tres, 19 out. (Entrevista a José Onofre).
- TOURAINE, A. (1995). Les conditions politiques du développement en Amérique Latine. In: TURNHAM, D. et al., coord. **Tensions sociales, création d'emplois et politique économique en Amérique Latine**. Paris: OCDE. p.69-75.
- TURNHAM, D. et al., coord. (1995). **Tensions sociales, création d'emplois et politique économique en Amérique Latine**. Paris: OCDE. 418p.